

Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

A Formação Docente nas Dimensões Ética, Estética e Política 2



Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

A Formação Docente nas Dimensões Ética, Estética e Política 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F723 A formação docente nas dimensões ética, estética e política 2
[recurso eletrônico] / Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. –
Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (A Formação Docente
nas Dimensões Ética, Estética e Política; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-569-3

DOI 10.22533/at.ed.693190209

1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Ética. 3. Professores –
Formação – Brasil. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.71

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

A obra “A formação Docente nas Dimensões Éticas, Estética e Política 1” traz diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo das ciências humanas.

Atualmente, o modelo de desenvolvimento econômico, o processo de globalização, os avanços tecnológicos, que geram rápidas e constantes mudanças em todos os setores da sociedade, têm exigido das instituições, principalmente da escola, maior eficácia, produtividade, qualidade e competitividade, suscitando a necessidade de profissionais competentes e atualizados, capazes de assumir os diferentes papéis no mercado de trabalho e no contexto em que vivem.

Os saberes adquiridos nas formações iniciais já não oferecem suporte para exercer a profissão com a devida qualidade, como acontecia até pouco tempo, conforme alude Lévy (2010, p.157): “pela primeira vez na história da humanidade, a maioria das competências adquiridas por uma pessoa no início do seu percurso profissional, estarão obsoletas no fim da sua carreira”.

Na atividade docente torna-se ainda mais premente que ocorra a formação continuada, pois o ofício de professor não é imutável, suas mudanças incidem principalmente pelo surgimento e a necessidade de atender as “novas competências”. Este ofício vem se transformando, exigindo: prática reflexiva, profissionalização, trabalho em equipe e por projetos, autonomia e responsabilidades crescentes, pedagogias diferenciadas, sensibilidade à relação com o saber e com a lei. Tudo isso leva a um repensar da prática e das competências necessárias para o desempenho do papel de educador.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007).

Conforme Imbernón (2001) a formação continuada, entendida como fomento do desenvolvimento pessoal, profissional e institucional dos professores, eleva o trabalho para que ocorra a transformação de uma prática. Tal prática está para além das atualizações científicas, didáticas ou pedagógicas do trabalho docente. A formação continuada supõe uma prática cujo alicerce é balizado na teoria e na reflexão para a mudança e a transformação no contexto escolar. Dessa forma, os professores passam a ser protagonistas de sua história, do seu fazer pedagógico, e de uma prática mobilizadora de reflexão sobre tudo o que vêm realizando (Nóvoa 1999; Schon 1997).

O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem

provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola em sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular.

A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade. Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ESTADO, POLÍTICA PÚBLICA E EDUCAÇÃO DO CAMPO: ALGUNS DESAFIOS	
Marilene Santos	
Tereza Simone Santos de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.6931902091	
CAPÍTULO 2	12
EXERGAMES DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	
Keyne Ribeiro Gomes	
Daniel Bramo Nascimento de Carvalho	
Marília Gabriele Melo dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6931902092	
CAPÍTULO 3	28
FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PREFEITURA DE ARACAJU: REFLEXÃO-AÇÃO DAS TDIC NA EDUCAÇÃO	
José Fonseca da Silva	
Sheilla Silva da Conceição	
Henrique Nou Schneider	
DOI 10.22533/at.ed.6931902093	
CAPÍTULO 4	40
INCLUSÃO OU SEGREGAÇÃO? UM ESTUDO DE CASO SOBRE A “INCLUSÃO”	
Taiana do Vale Figueiredo da Conceição	
Kátia Regina Lopes Costa	
DOI 10.22533/at.ed.6931902094	
CAPÍTULO 5	50
O CANTINHO DE LEITURA EM UMA SALA DE AULA DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Suely Cristina Silva Souza	
Adeilma Oliveira da Silva	
José Valdicélio Alves da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6931902096	
CAPÍTULO 6	64
O INDIVÍDUO E A SOCIEDADE: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA NOÇÃO DE HABITUS EM BOURDIEU E AS RELAÇÕES INTERSUBJETIVAS EM MERLEAU-PONTY	
Markus de Lima Silva	
Luiz Anselmo Menezes Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6931902097	
CAPÍTULO 7	75
O MUNDO DO TRABALHO E A PROFISSÃO DOCENTE NA NOVA (DES)ORDEM MUNDIAL	
Isabel Cavalcante Ferreira	
Ivanete Rodrigues dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6931902098	

CAPÍTULO 8	103
O PAPEL DA PESQUISA NA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO	
Nágila Waldvogel Gringo da Silva	
Silvana Oliveira da Silva	
Isaura Francisco de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.6931902099	
CAPÍTULO 9	116
O WHATSAPP NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE BIOLOGIA	
Mariana Morais Azevedo	
Adriana Alves Novais de Souza	
Leticia Maciel dos Reis	
DOI 10.22533/at.ed.69319020910	
CAPÍTULO 10	128
FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA A ATUALIDADE: TECENDO RELAÇÕES, TRAJETÓRIAS E DESAFIOS ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA	
Stella Alves Rocha da Silva	
Jane Rangel Alves Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.69319020911	
CAPÍTULO 11	138
ORIENTAÇÃO SEXUAL E DIVERSIDADE DE GÊNERO NO ENSINO BÁSICO	
Wylamys Santos de Lima	
Mariana Santos Lima	
Márcia Eliane Silva Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.69319020912	
CAPÍTULO 12	147
ORIENTAÇÕES MOTIVACIONAIS PARA PRÁTICA DE NATAÇÃO ESCOLAR: UMA REVISÃO NARRATIVA	
Fábio Brum	
Francisco de Assis Andrade	
Diego da Costa dos Santos	
Diogo Dias de Paula Muniz	
DOI 10.22533/at.ed.69319020913	
CAPÍTULO 13	163
PANORAMA DE TESES E DISSERTAÇÕES ACERCA DA FORMAÇÃO CONTINUADA EM MATEMÁTICA E TECNOLOGIAS	
José Elyton Batista dos Santos	
Bruno Meneses Rodrigues	
Manoel Messias Santos Alves	
André Ricardo Lucas Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.69319020914	
CAPÍTULO 14	175
PROFESSORES ARTICULADORES TECNOLÓGICOS: MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA EM ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ARACAJU SE	
Sheilla Silva da Conceição	
Henrique Nou Schneider	
Adriana Santos de Jesus Meneses	
DOI 10.22533/at.ed.69319020915	

CAPÍTULO 15	191
RELAÇÕES DE GÊNERO NA GESTÃO ESCOLAR A DICOTOMIA ENTRE MULHERES E HOMENS NO CARGO DE DIRETORA/DIRETOR ESCOLAR	
Alane Martins Mendes Pedro Paulo Souza Rios André Ricardo Lucas Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.69319020916	
CAPÍTULO 16	203
RESSIGNIFICAÇÃO DA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E AS EXIGÊNCIAS DE FORMAÇÃO PARA O TRABALHO DOCENTE	
Márcia Alves de Carvalho Machado Alice Virgínia Brito de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.69319020917	
CAPÍTULO 17	215
SER PROFESSOR/A: A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ENSINO DE CIÊNCIAS, ARACAJU/SE	
Elaine Fernanda dos Santos Mayane Santos Vieira Sindiany Suelen Caduda dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.69319020918	
CAPÍTULO 18	227
SIMULAÇÕES COMPUTACIONAIS CORROBORADA COM UNIDADE DE ENSINO POTENCIALMENTE SIGNIFICATIVA PARA O ENSINO DE ÓPTICA GEOMÉTRICA	
Rosiel Camilo Sena Júlio Ferreira Falcão Igor Bartolomeu Alves de Barros Paulo Sérgio Carlos Arruda Sergio Augusto Nunes Monteiro Jose Augusto Figueira da Silva Pablo Marques da Silva Maria Rosângela Marinho Souza Fabiann Matthaus Dantas Barbosa Edmilson Ferreira de Lima Jones Montenegro da Silva Sandrezza Lima Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.69319020919	
CAPÍTULO 19	234
TOBIAS BARRETO E A ALMA DA MULHER: PRÁTICAS E REFLEXÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO FEMININA NO SÉCULO XIX	
Juselice Alves Araujo Alencar Rozevania Valadares de Meneses César Rafaela Virginia Correia da Silva Costa	
DOI 10.22533/at.ed.69319020920	

CAPÍTULO 20	243
TRANSTORNO DE DEFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE: NARRATIVAS DE PROFESSORES E ESTUDANTES	
Judith Mara de Souza Almeida	
Fernanda Ambrósio Testa	
Carolina Beiro da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.69319020921	
CAPÍTULO 21	254
VER NO MUNDO DOS CEGOS E SER CEGO NO MUNDO DOS QUE VEEM	
Maria de Fátima Vilhena da Silva	
Ítalo Rafael Tavares da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.69319020922	
CAPÍTULO 22	267
EDUCAÇÕES PARA A CIDADANIA: CAMINHO PARA UMA CULTURA DE PAZ	
Maria Kéllia de Araújo	
Mariluze Riani Diniz dos Santos	
Themis Gomes Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.69319020923	
SOBRE A ORGANIZADORA	277
ÍNDICE REMISSIVO	278

O MUNDO DO TRABALHO E A PROFISSÃO DOCENTE NA NOVA (DES)ORDEM MUNDIAL

Isabel Cavalcante Ferreira

PPGEdu/UFMT

cavalcante.isabel@gmail.com

Ivanete Rodrigues dos Santos

UFMT/DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO/ICHS/

PPGEdu/UFMT

Ivaneter1@yahoo.com.br

RESUMO: Neste artigo, discutimos o processo de profissionalização do docente no contexto das “metamorfoses do mundo do trabalho”, perpassando as contradições da mundialização do capital trabalho, das políticas econômicas do neoliberalismo, dos processos de integração econômica, social, cultural e político da globalização nas suas várias facetas de exploração da força de trabalho global, que transforma a força de trabalho autônoma em mercadoria negociável, submetida ao controle de regulação para que o capitalismo sobreviva nas suas constantes crises.

INTRODUÇÃO

Na pesquisa apresentada, há um esforço teórico, primeiro, buscando o entendimento das palavras profissão, trabalho, profissionalização e carreira docente, no contexto atual do capitalismo em que o mundo do trabalho é

marcado pelas transformações promovidas pela reestruturação produtiva internacional, que têm impactos diretos e indiretos sobre o mercado de trabalho e sobre a natureza do trabalho (MARQUES, 1997). Nessas transformações, conforme indica Ianni (1997):

Está em curso novo surto de universalização do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório. O desenvolvimento do modo capitalista de produção, em forma extensiva e intensiva, adquire outro impulso, com base em novas tecnologias, criação de novos produtos, recriação da divisão internacional do trabalho e mundialização dos mercados. As forças produtivas básicas, compreendendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho e a divisão transnacional do trabalho ultrapassam fronteiras geográficas, históricas e culturais, multiplicando-se assim as suas formas de articulação e contradição. Esse é um processo simultaneamente civilizatório, já que se desafia, rompe, subordina, mutila, destrói ou recria outras formas sociais de vida e trabalho, compreendendo modos de ser, pensar e agir, sentir e imaginar. (IANNI, 1997, p.10).

Nesse sentido, “no âmbito da sociedade global, há organizações públicas e privadas que estão não só produzindo e atuando como também tomando decisões e influenciando” (IANNI, 2002, p. 42), como instrumento de manipulação social e dominação cultural no processo “civilizatório” das fronteiras invadidas. A globalização influencia os acontecimentos

e transformações sociais, pois é um fenômeno de longo alcance, com aspectos negativos como as transferências de empresas que causam consequências irreversíveis em escala global.

E, ainda, fatores benéficos como a ampliação da comunicação, da informação, da informática, revolução eletrônica, aparelhos tecnológicos e internet, tornam-se prejudiciais, afetando diversas camadas sociais, prejudicando países e indivíduos. Isso em favor do agente principal da globalização – Empresas transnacionais – que se utiliza do neoliberalismo como facilitador perante o Estado-Nação. Ou seja, o neoliberalismo trabalha em prol do recuo do Estado, flexibilização das leis trabalhistas e a favor da liberação das fronteiras e livre negociação para as empresas transnacionais.

1 | PROFISSÃO, PROFISSIONALIZAÇÃO E CARREIRA DOCENTE

Em face das influências da sociedade global, para nós, não é possível pensar em cidadania e educação fora da resignificação do seu papel. Resignificação esta, dada pelo aparato ideológico econômico dos grupos dominantes presentes em vários países do mundo, inclusive no Brasil.

Essas influências acontecem por ser a globalização um fenômeno de longo alcance, em escala global, no entanto prejudicial aos indivíduos e países da periferia e semiperiferia do sistema mundo, como o Brasil. Por conseguinte, como afirma Ianni (2002):

A reprodução ampliada do capital, compreendendo a concentração e a centralização, o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção em escala mundial tudo isso reduz, drasticamente, ou mesmo elimina, qualquer possibilidade de projetos nacionais. Isto é, qualquer projeto nacional somente pode ser proposto e realizado a partir do patamar estabelecido por uma economia política de âmbito mundial. [...] O capital dissolve, recobre ou recria formas de vida e trabalho, de ser e pensar, em âmbito local, regional, nacional e internacional. Simboliza uma espécie de revolução burguesa permanente, ainda que desigual e contraditória, progressiva e regressiva, democrática e autoritária. [...] Dissolvem-se fronteiras e desenraizam-se as coisas, as gentes e as ideias. [...] Mais do que nunca, o singular e o universal realizam-se como história. (IANNI, 2002, p. 46-47).

Dessa forma, a educação no contexto histórico é apresentada e fundamentada na ótica do aprender a fazer para sobreviver às constantes transformações no âmbito do aparato econômico e ideológico instalado mundialmente pelo capitalismo. Direcionador, indicador e definidor das formações e profissões necessárias para aquisição de capacidades diferenciadas para sua universalização.

Formações essas, alcançadas no âmbito da formação escolar e acadêmica necessárias para o indivíduo trabalhador ingressar nas empresas transnacionais, nacionais e setores públicos, bem como, para sobreviverem no mercado de trabalho que funciona de acordo com as proposituras ditadas pelo capitalismo avançado, pela

economia política de âmbito mundial. De acordo com isso, Angelin (2010) expressa que:

[...] antes da multiplicação das universidades no século XIII, o trabalho era algo consagrado e todos os trabalhadores, sejam eles das artes liberais (artistas, intelectuais) ou das artes mecânicas, (artesãos, trabalhadores manuais) eram provenientes de uma mesma organização corporativa. A separação entre artes liberais e artes mecânicas só ocorreu com a expansão e fortalecimento das universidades, gerando, por fim, uma oposição entre profissões – que surgiram das artes liberais e que eram ensinadas na universidade e estavam ligadas ao conhecimento técnico-científico, e os ofícios que surge das artes mecânicas, [...] onde as mãos trabalham mais do que a cabeça e que se limitam a determinados números de operação mecânica. (ANGELIN, 2010, p. 2).

Logo, é a partir do ponto de vista das características organizacionais e funcionais do mercado capitalista mundial, que explicitamos ser profissão:

a existência de um corpo de conhecimento suficientemente abstrato e complexo para requerer um aprendizado formal prolongado; uma cultura profissional sustentada por associações profissionais; uma orientação para as necessidades da clientela e um código de ética.

[...] ocupações particularmente bem sucedidas em seu projeto de fechamento com base em credenciais educacionais, e de controle das condições de mercado [...] (ANGELIN, 2010, p. 03, apud, DINIZ, 2001, passim 20-31).

Dessa forma, “o termo profissão foi usado para distinguir as ocupações com projetos bem-sucedidos” (DINIZ, 2001, p.24). As suas marcas iniciais da existência do ofício como profissão aparece “[...] desde o século XIV pelos menos. [...] têm por efeito bloquear a promoção interna e reduzir o recrutamento externo. [...], sobretudo, controlar a contratação [...] nos ofícios em que estão melhor organizados” (CASTEL, 1999, 157).

Na direção organizacional e funcional do significado da palavra profissão, o site Origem da palavra 2018, diz que provém do substantivo em Latim PROFESSIO, e significa “declaração pública”, do verbo PROFITERI, “declarar abertamente”, formado por PRO, “à frente”, mais FATERI, “reconhecer, confessar”, sendo utilizado para diferenciar os campos de atuação profissional, demonstrando que no contexto histórico a organização dos ofícios se dá por trabalho regulado, isto é, “por “trabalho regulado”, entendo aqui o conjunto das regulamentações dos ofícios, ao mesmo tempo os ofícios jurados e os regidos pelas regulamentações municipais” (CASTEL, 1999, grifo do autor p.170).

Em conformidade, com as citações anteriores, no Minidicionário Aurélio (1993, p. 444) a palavra profissão é um substantivo feminino com dois significados. O primeiro, de cunho filosófico, refere-se a auto realização pessoal, isso porque, significa “Ato ou efeito de professar”, em que professar é reconhecer-se na atividade escolhida enquanto profissão, ou seja, encontrar-se, realizar-se e estar satisfeito na sua subjetividade e nos objetivos profissionais que engloba o trabalho desenvolvido pela profissão.

No sentido de professor, a significação da palavra profissão está ligada a aquisição de conhecimento como uma arte, como uma habilidade de fazer, de realizar um propósito maior - como produzir uma obra prima. Habilidade alicerçada no intelectual e espírito de livre escolha da atividade para atuação, ou mesmo, para o livre exercício da profissão.

Já o segundo significado, contradiz a auto realização quando expõe a profissão como uma “Atividade ou ocupação especializada, da qual se pode tirar os meios de subsistência; ofício, mister”, alicerçada em critérios organizacionais do mundo do trabalho, que a transforma em atividade ou ocupação especializada para garantir os meios de subsistência/sobrevivência.

Ademais, a concebe como um ofício mecânico sem criatividade, podendo este, ser associado apenas ao uso da força empregada para desenvolver a atividade ou tarefa. Ou seja, contrai características de prestação de serviço com a finalidade prática para suposto atendimento das necessidades do coletivo.

O conceito de profissão está relacionado com as profissões que são competências especializadas e formais, adquiridas na formação acadêmica, universitária ou técnica profissionalizante, em que a atividade escolhida como profissão deveria ser uma missão de incumbência para a vida toda. Porém, o mundo contemporâneo do trabalho está organizado sob normas e regras sociais, econômicas e políticas – marcado por confrontos diretos dos modos de produção de cada contexto histórico que interferem na livre escolha do ofício enquanto profissão. No que se refere a profissão docente, Gatti, Barreto (2009) observa que:

A representação da docência como “vocação” e “missão” de certa forma afastou socialmente a categoria dos professores da ideia de uma categoria profissional de trabalhadores que lutam por sua sobrevivência, prevalecendo a perspectiva de “doação de si”, o que determinou, e determina em muitos casos, as dificuldades que professores encontram em sua luta categorial por salários, dificuldades estas que estão presentes no âmbito social e político, bem como na cultura intracategoria. Essa representação está associada à própria gênese histórica da profissão e tem peso não só nas dimensões materiais dos sistemas educacionais, como também nas “mentalidades dos professores, suas identidades e suas práticas”. (GATTI; BARRETO, 2009, p. 239).

Esse fato ocorre porque o mundo do trabalho na contemporaneidade está relacionado à conjuntura de acontecimentos socioeconômicos, políticos e culturais da sociedade capitalista, que ocasiona transformações nas relações entre capital e trabalho. O entendimento desse conceito em uma perspectiva histórico-dialética do mundo contemporâneo pode contribuir significativamente para a compreensão das dinâmicas que caracterizam a existência da profissão docente, o papel do trabalho docente e sua profissionalização.

Sob o ponto de vista do contexto histórico do mundo contemporâneo do trabalho, a profissão é vista como a atividade na qual, o indivíduo se prepara por meio dos estudos ou da experiência para ingressar no mercado de trabalho e, assim, construir uma carreira, mediante a profissão escolhida para a atividade principal

de sua sobrevivência. E não como algo escolhido para desempenhar por estar convictos a reconhecê-la e abraçá-la como ocupação e exercício prazeroso para seu desenvolvimento pessoal e profissional, durante período de vida destinado ao trabalho.

Na dialética de Karl Marx, a profissão enquanto uma atividade de trabalho deve ser de livre escolha para seu exercício e desempenho. Entretanto, apresenta contradições originadas pela tese do senso comum dada pelo conhecimento aparente, existentes, nas determinações dos modos de produção da divisão do trabalho em cada contexto histórico que leva o profissional, a não compreender, que a essência da profissão na sua totalidade, seria saber qual profissão escolher para ingresso no mercado de trabalho. Isso porque:

A divisão do trabalho converte o produto do trabalho em mercadoria e, com isso, torna necessária sua metamorfose em dinheiro. Ao mesmo tempo, ela transforma o sucesso ou insucesso dessa transubstanciação em algo acidental. Aqui, no entanto, o fenômeno deve ser considerado em sua pureza, razão pela qual pressupomos o seu curso normal. Além disso, quando ele enfim se processa, portanto, quando a mercadoria não é invendável, sua mudança de forma ocorre sempre, ainda que, nessa mudança de forma, possa ocorrer um acréscimo ou uma diminuição anormal de substância – de grandeza de valor. (MARX, 1978, p. 246).

A “transformação do senso comum representa, [...] condição e parte integrante do processo de *desconstrução* da hegemonia neoliberal, a qual despolitiza e naturaliza o social abstraído de suas conexões com as relações de poder e dominação” (CORRÊA, 2003, p 15). Para nós, a profissão docente é de fundamental importância para a humanidade, tendo como finalidade a transformação social e desconstrução do senso comum, quando desenvolvida com compromisso e ética pelo profissional docente.

Entretanto, a ideologia neoliberal a transforma numa profissão técnica e desprestigiada pelas políticas públicas. O neoliberalismo difunde ideias totalitaristas e pragmáticas, que “pretende impor um modelo único, mas é também um dogmatismo, pois seus princípios obscuros e contraditórios apresentam-se como verdades inquestionáveis”. (CHOMSKY; DIETERICH, 1999, p. 12).

Ideias essas de dominação de políticas e exploração dos povos que são contraditórios a posição da profissão docente, enquanto agente de formação de indivíduos para sua emancipação, para o mundo e para o trabalho, como uma profissão que deve se orientar pelos princípios de uma formação humana omnilateral¹, tendo em vista as constantes transformações do mundo contemporâneo do trabalho, e a sobrevivência do docente, enquanto trabalhador no mercado de trabalho controlado pelo capital.

Os “capitalistas podem administrar e contornar os limites potenciais da oferta

1. Omnilateral: Marx se refere a uma formação humana oposta à formação unilateral provocada pelo trabalho alienado, pela divisão social do trabalho, pela reificação, pelas relações burguesas estranhadas. [...] Concebem a realidade social como uma estrutura, uma totalidade de relações, onde, em sua unidade diversa, o conjunto de relações sociais e econômicas, por serem imperativas na produção da vida material dos seres humanos, constituem-se

de trabalho de várias maneiras, mesmo em contextos locais” (HARVEY, 2011, p. 56), regulamentando a área social, política, cultural e econômica. As regulamentações para o capital, servem como prerrogativas, tendo como objetivos, garantir para si o monopólio do trabalho como privilégio exclusivo e impedir o desenvolvimento interno de suas fronteiras.

A respeito das profissões regulamentadas, Castel (1999), explica que no idioma corporativista:

[...] as regulamentações proíbem com igual severidade o espírito de concorrência *no seio do ofício*: limitação do número de aprendizes e de companheiros – [...] interdição de trabalhar vários ofícios, ainda que se trate de trabalhar uma mesma matéria, [...]. Assim essa organização do trabalho não permite o desenvolvimento de um processo capitalista. Para manter o *status quo*, é necessário bloquear as possibilidades de expansão de cada unidade de produção e, ao mesmo tempo, as do conjunto do ofício e das profissões industriais em geral. [...] Assim, as regulamentações das profissões não têm apenas o papel técnico de organizar a produção e garantir a qualidade dos produtos. Impedem a existência de um mercado em que as mercadorias circulam livremente: nem concorrência, nem liberdade de aumentar a produção. (CASTEL, 1998, p. 153 -155, grifos do autor).

No mundo contemporâneo do trabalho, as políticas neoliberais apresentam “[...] um programa de reformas e ajustes estruturais de efeito ampliado pelo monopólio da ciência e das novas tecnologias” (CORRÊA, 2003, p. 37), que exige profissionais flexíveis para exercer funções no local de trabalho – independente da formação escolhida como profissão.

Nesse contexto, a profissão docente que possui delineamento diferenciado na sua propositura, desde a Grécia antiga, de conduzir o indivíduo para a educação, está sendo, na atualidade, alcançada pela performatividade, que separa o trabalho intelectual, que contribui para a transformação social e formação do indivíduo para o mundo, do profissional que na ordem imposta tem que garantir os meios de sobrevivência.

Ball (2005), observa que as políticas neoliberais têm reduzido a profissão docente a uma carreira meramente técnica, adaptada no gerencialismo performativo do sistema neoliberal, pondo-se a serviço do sistema capitalista globalizado, que exige nos seus interesses, hábitos específicos, reconfiguração nas relações de poder, baseadas na racionalidade técnica de execução. Nesse sentido, Ball (2005) afirma que:

O profissionalismo [...] está sendo desalojado de sua “existência precária. [...]”. Está em curso uma mudança profunda em algumas das múltiplas forças independentes, que condicionam a formação de identidade profissional dos professores na prática”, [...] O profissionalismo como prática ético-cultural não tem lugar no futuro. [...] do imediatismo. [...] como uma categoria pré-reforma, baseia-se, ao menos em parte – porque também tem importantes características estruturais e organizacionais – em uma relação específica entre o profissional e o seu trabalho, uma relação de compromisso que está situada nos diálogos comunitário e interno. (BALL, 2005, p. 541-542).

na base a partir da qual se estrutura e se condiciona a vida social no seu conjunto. (FRIGOTTO, 2000, p. 30-31).

Partindo dessa compreensão, entendemos que a profissão docente no contexto atual do mundo do trabalho contemporâneo demanda a aquisição de conhecimentos e saberes especializados, adquiridos em cursos de licenciaturas oferecidos em instituições universitárias, para o exercício de suas atividades laborais.

O ingresso na carreira docente, seja no setor público como no privado, é a primeira característica de profissionalização do trabalho docente. No que se refere a profissionalização docente, entendemos ter significado e conceituação diferenciada de profissão, pois, no que tange a profissão docente, escrevem Gatti e Barreto (2009), o

[...] cenário da profissão docente, [...] constitui um setor nevrálgico nas sociedades contemporâneas, uma das chaves para entender as suas transformações. Nos países avançados, e também nos países emergentes como o Brasil, o setor de serviços e, no seu interior, os grupos de profissionais, cientistas e técnicos não cessam de crescer, e passam a ocupar posições de destaque em relação aos trabalhadores que produzem bens materiais, cuja presença numérica e importância relativa diminuem. [...] Além da importância econômica, o trabalho dos professores também tem papel central do ponto de vista político e cultural. O ensino escolar há mais de dois séculos constitui a forma dominante de socialização e de formação nas sociedades modernas e continua se expandindo. (GATTI; BARRETO, 2009, p. 16).

A profissionalização, ao nosso ver, é bem mais que um processo de formação com a intenção de aquisição de conhecimento na formação adquirida na academia, ou conquista de habilidades para o desenvolvimento do trabalho docente em sala de aula e, ainda, obter elevação de nível dadas pelas especializações e qualificações. Está para além, dos significados dados pelos dicionários, que tratam profissionalização enquanto uma palavra substantiva feminina que está direcionada a “preparação para uma profissão, construção de habilidades profissionais” (SCOTTINI, 2009, p. 436).

No que diz respeito a profissionalização, Ball (2005) observa que a performatividade se constitui no novo modelo de controle e regulação de poder, como novas tecnologias de reformas, que reconfiguram o papel do Estado, prolifera discursos da reforma educacional com políticas de avaliação profissional para o trabalhador docente, com ênfase na competição administrativa. Para ele:

A performatividade é alcançada mediante a construção e publicação de informações e de indicadores, além de outras realizações e materiais institucionais de caráter promocional, como mecanismos para estimular, julgar e comparar profissionais em termos de resultados: tendência para nomear e classificar. (BALL, 2005, p. 544).

Esse modelo de controle e regulação impõe a concorrência, a competitividade, a produtividade, a construção de novos valores baseados na eficiência, novas formas de interação para os docentes, como: comparação e julgamento em termo de resultado, isso, de forma, a controlar a autonomia profissional, por meio de programas de qualidade.

Somada a esses significados, para nós, a conceituação de profissionalização está ligada à expressão de uma posição social e ocupacional dada pela profissão e

cursos técnicos profissionalizantes na inserção de relações sociais de produção, de processo de trabalho para ascensão da carreira no setor ou mercado de trabalho, ou seja, um plano de regulamentação e organização da profissão no mercado de trabalho.

Entretanto, a profissionalização está atrelada à formação escolhida como profissão a ser exercida durante a vida produtiva e rendosa do trabalhador. Isso porque, para ingressar no mercado de trabalho, o trabalhador precisa comprovar que possui formação para atuar na função pretendida, que é o mesmo que adquirir profissionalização ou se profissionalizar para tal competência.

A preocupação, no entanto, é que a profissionalização consiste em um mecanismo de exclusão da força de trabalho, limitando e controlando o ingresso do trabalhador no mercado de trabalho, em consequência dos graves problemas estruturais ocasionados pela mundialização do capital. Conforme preconiza Chomsky e Dieterich (1999), a mundialização do capital se dá com:

A cooptação sistemática das melhores cabeças do Terceiro Mundo mediante a fuga de cérebros (Brain Drain), em parte motivada pelas diferenças de salários e oportunidades de trabalho, em parte estimulada deliberadamente pelo Primeiro Mundo, garantem a dominação do mercado mundial no futuro e o contínuo desfrute privilegiado da mais-valia mundial. (CHOSMKY; DIETERICH, 1999, p. 105).

E assim, no sentido de garantir a mais-valia, a profissionalização assim como a educação são controladas pelas inovações tecnológicas que modificam as regras da comunicação para os profissionais e “intensificam-se as exigências quanto à qualificação, principalmente no tocante aos níveis de escolaridade” (ANTUNES, 2004, p. 46). Nas palavras de Harvey (2011):

a tecnologia revela a relação ativa do homem com a natureza, o processo direto da produção de sua vida e, assim, define também o processo de produção das relações sociais de sua vida e das concepções mentais que fluem dessas relações [...] os capitalistas mobilizaram novas tecnologias e formas organizacionais como armas na luta de classe contra o trabalho (eventualmente usando a máquina para disciplinar o corpo no trabalho). [...] A educação pública tornou-se necessária na medida em que a flexibilidade e a adaptabilidade do trabalho para diferentes tarefas tornaram-se requisitos essenciais. (HARVEY, 2011, p.106-107).

Em decorrência disso, ocorre enfraquecimento da classe de trabalhadores, que afeta a realidade educacional de todos os países que adota o capitalismo como modelo econômico, pois a profissão conquistada no âmbito da formação universitária não é mais o único requisito de profissionalização para assegurar uma profissão ou carreira de sucesso. Uma vez que, para Harvey (2011):

Ultrapassam as capacidades existentes na força de trabalho, geram tensões no mercado de trabalho. As infraestruturas sociais e educacionais têm dificuldade para adaptar rapidamente, e a necessidade permanente de muitas “reciclagens” na vida do trabalhador coloca pressões sobre os recursos públicos, bem como sobre energias particulares. A produção da precariedade crônica por meio da desqualificação e requalificação é apoiada pelo desemprego tecnologicamente induzido. (HARVEY, 2011, p. 81).

Para nós, essa realidade apresenta-se como uma imagem corporativista, em que o capital precisa manter-se a qualquer custo, não importando se tem ou não o objetivo ou meios de exploração, dominação e alienação dos grupos desfavorecidos. No tocante à imagem corporativista, a profissionalização do trabalho docente se dá numa parceria entre as gestões governamentais no âmbito das suas esferas com os sindicatos e associações, tendo como finalidade o gerenciamento de conflitos e a possibilidade de garantir e manter direitos trabalhistas outrora conquistados.

A incorporação dessa parceria nas relações de trabalho pode resultar na cooptação sindical que assume a empreitada de defender os interesses do outro. É uma contradição, custando ao trabalhador docente a autonomia organizacional e a ideológica no âmbito do desenvolvimento do seu trabalho. Sobre isso, Harvey (2000) destaca que:

as organizações sindicais burocratizadas foram sendo cada vez mais acuadas (às vezes através do exercício do poder estatal repressivo) para trocar ganhos reais de salário pela cooperação na disciplina dos trabalhadores de acordo com o sistema fordista de produção. [...] o poder sindical procurava controlar seus membros e colaborar com a administração em planos de aumento da produtividade em troca de ganhos de salário que estimulassem a demanda efetiva da maneira originalmente concebida por Ford. (HARVEY, 2000, p. 128-129).

Em outras palavras, é o corporativismo que gerencia os conflitos de interesses entre o trabalhador docente e gestores municipais, estaduais e federais. Logo, a classe de trabalhadores docentes é gerenciada e controlada nas suas atividades políticas e sindicais através das políticas públicas. Ou seja, o que parece ser:

A resistência, contudo, pode ser entendido como adaptação às novas normas de trabalho. Ela afeta todas as dimensões do ofício: os saberes [...]; os dispositivos pedagógicos [...] apropriados; as relações profissionais. Negociar a ordem escolar e construir uma disciplina pragmática, não muito difícil no âmbito racional, faz parte dos ajustes. O essencial da solução para as dificuldades no ofício consiste nessas múltiplas transgressões que, de fato, são erigidas em norma e, ao mesmo tempo, enfraquecidas no discurso coletivo. Para perceber o sentido desse processo, que alia resistência e adaptação. (LANTHEAUME, 2012, p. 377).

Isto acontece pelo fato de que “[...] as metamorfoses em curso no mundo do trabalho [...] afetaram a *forma de ser* da classe trabalhadora, tornando-a mais heterogênea, fragmentada e complexificada. [...] afetaram também intensamente os organismos sindicais em escala mundial” (ANTUNES, 2015, p. 79, grifo do autor).

Esses fatores têm acarretado o retrocesso sindical no âmbito das empresas, não ocorrendo diferente no setor público. Somado a esta situação, a profissionalização do trabalho docente faz parte da organização administrativa orientada pelos moldes do capitalismo mundial, cuja ênfase está na intensificação da produtividade (performatividade) e no gerencialismo.

O processo de profissionalização do trabalho docente implica a ruptura com a lógica capitalista que reduz a educação a mero fator de produção, ou seja, como uma técnica de preparar recursos humanos para o processo de produção,

“baseadas nas categorias *sociedade do conhecimento, qualidade total, educação para a competitividade, formação abstrata e polivalente*” (FRIGOTTO, , 2000, p.19, grifo do autor), e o entendimento da educação como um prática social que tem por finalidade a formação humana numa perspectiva de emancipação.

O trabalho, enquanto atividade humana, nem sempre tem o significado de criação para realização e valor pessoal do trabalhador. Isso porque “[...] dentre as contradições do trabalho, são destacadas as condições criadas pela divisão do trabalho, onde o trabalhador não é dono do produto de seu trabalho e ao invés de se reconhecer em suas próprias criações acaba por se sentir ameaçado por elas” (KONDER, 1985, p. 30). Sobre o trabalho, Antunes (2013) pontua que:

o trabalho é uma atividade central na história humana, em seu processo de sociabilidade e mesmo para a sua emancipação. Por outro, com o advento do capitalismo, houve uma transformação essencial, que alterou e tornou complexo o trabalho humano. A desconsideração dessa dupla dimensão, presente no mundo do trabalho, permitiu que muitos autores, equivocadamente, defendessem o fim da atividade laborativa, o fim do trabalho. (ANTUNES, 2015, p.9).

Nessa perspectiva, o trabalho docente, enquanto atividade produtiva desenvolvida na sala de aula, deveria ser livre e direcionada para auxiliar os estudantes a descobrir sua autonomia.

É no âmbito das transformações históricas do trabalho, mediante relações corporativistas que desnuda o proletariado dos seus direitos trabalhistas e da cidadania, que se assume o individualismo como melhor solução das crises, bem como alicerçados nos mecanismos que nos são dados pelo modo de produção vigente, que buscamos conceituar trabalho docente.

Nessa direção, partimos da etimologia da palavra que “tem sua origem no vocábulo latino “*Tripallium*” – denominação de um instrumento de tortura formado por três (tri) paus (*pallium*). Desse modo, originalmente, “trabalhar” significa ser torturado no *tripallium*” (BODART; SILVA, 2010). A etimologia direciona para o significado de castigo ao longo da história da evolução do trabalho.

Na definição dada por Antunes (2013), o trabalho existe no domínio do homem no processo de transformação da natureza externa, que ao mesmo tempo modifica a sua natureza interna e a controla em prol do seu próprio benefício. Para o autor:

a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. [...] Antes de tudo o trabalho é um processo entre homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma das forças natural. [...] põe em movimento as forças naturais [...] a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. (ANTUNES, 2013, 31- 32).

O trabalho docente, força de trabalho intelectual, é mediador entre o ensino e a aprendizagem e aquisição do conhecimento. É uma atividade que lida com indivíduos que possuem sua própria subjetividade e cultura advinda do contexto familiar e social. Logo, a característica da força do trabalho docente insere-se no conjunto dos trabalhos exercidos pelas práticas sociais. Além disso, tem papel fundamental

no processo de formação para a emancipação e para transformação da realidade objetiva.

Na nova morfologia do mundo do trabalho contemporâneo, na visão de Antunes (2015), a classe-que-vive-do-trabalho não se restringe somente aos trabalhadores manuais, mas a todos trabalhadores que “vendem a sua força de trabalho”, inclusive os intelectuais. Dessa forma:

tem como núcleo central os trabalhadores *produtivos* [...] e não se restringe ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado que produz diretamente mais-valia e participa diretamente do processo de valorização do capital; o trabalhador produtivo, por isso, detém um papel de centralidade no interior da classe trabalhadora. É preciso acrescentar, porém, que a moderna classe trabalhadora também inclui os trabalhadores *improdutivos*, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, tanto para uso público como para o capitalista, que não se constituem como elementos diretamente produtivos no processo de valorização do capital. (ANTUNES, 2015, p. 139, grifo do autor).

A força de trabalho docente, na realidade do sistema econômico capitalista que separa trabalho manual e trabalho intelectual, é negociada e redefinida, tanto no setor público quanto no privado. Quando o trabalho docente passa a ser negociado se transforma em mercadoria, gera a mais-valia e se iguala às demais categorias de trabalho produtivo que visam ao lucro e não ao conjunto das práticas sociais, acarretando, dessa forma a proletarização e o controle da força do trabalho docente.

A implementação de novas estratégias nas reformas educacionais ocasiona alterações e reestruturação do trabalho docente, para adequação deste às exigências dos paradigmas de acumulação – do fordismo, taylorismo, toyotismo, neoliberalismo e globalização, e a reorganizações das tarefas a serem desenvolvidas, porque segundo Antunes (2015):

[...] buscam-se novos padrões de gestão da força de trabalho, [...]. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequa-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção. (ANTUNES, 2015, p. 34).

Sob esse ponto de vista, o trabalho docente nas novas organizações do mundo do trabalho contemporâneo ao incorporar as transformações tecnológicas e gerenciais - seus objetivos e anseios – acaba por redimensionar o seu papel de mediador do conhecimento, para desenvolver outras funções e atividades, além das relacionadas ao ensino aprendizagem, tornando-se agente criativo, inovador no processo de transformação da sociedade contemporânea.

Notamos essas transformações, mudanças, e influências sofridas nas dimensões econômicas, políticas e cultural no mundo do trabalho sob a ótica do neoliberalismo e da globalização, modelos que deseja romper com o taylorismo e fordismo para atender a lógica do mercado econômico global.

Na perspectiva de Harvey (2000) esse princípio organizacional dos modos de

produção capitalistas, no processo de transformação da sociedade contemporânea, dispõe da força de trabalho e das instituições, no intuito de manter a estrutura capitalista e lógica produtiva a funcionar. No entendimento desse autor, o ordenamento funciona como artifício para manter:

as pressões coletivas exercidas pelo Estado ou por outras instituições (religiosas, políticas, sindicais, patronais e culturais) aliadas ao exercício do poder de domínio do mercado pelas grandes corporações e outras instituições poderosas, afetam de modo vital a dinâmica do capitalismo. (HARVEY, 2000, p.118).

As novas organizações impostas ao trabalho docente, dadas pelas políticas neoliberais, recebem o nome de globalização, apresentam como qualidade principal, o mascaramento de seus objetivos, ou seja, o reordenamento mundial da economia através da reestruturação produtiva. Assim, a concepção do trabalho docente não pode ser direcionada sem que se leve em consideração a sua ligação com as muitas resoluções sociais que ocorrem em âmbito geral na história da organização do trabalho.

Para Harvey (2000) essas resoluções na história da organização do trabalho mostram que:

a familiarização dos assalariados foi um processo histórico bem prolongado (e não particularmente feliz) que tem de ser renovado com a incorporação de cada nova geração de trabalhadores à força de trabalho. [...] A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. (HARVEY, 2000, p.119).

Isso porque os desafios enfrentados pelos profissionais da educação são conflituosos, uma vez que vivem em uma luta constante por mudanças no que se refere à legislação, tendo em vista a promoção de melhorias nas condições de trabalho, na remuneração, na valorização da categoria, de modo que possam exercer sua função e contribuir com formação dos sujeitos para o exercício da cidadania e para a emancipação.

Harvey (2000) afirma que os elementos necessários para que o sistema econômico capitalista se reorganize, a produção ocorra e sua acumulação permaneça, são: a mobilização do capital e da força de trabalho. Nesse sentido, possui estratégias para ter disponíveis permanentemente reservas de acesso ao trabalho para a reprodução do capital.

Evidentemente, uma dessas estratégias é a disponibilidade da força de trabalho, que deve ser flexível, dócil, disciplinada e qualificada quando for requerida pelo mercado. Outras estratégias é impossibilitar o acesso da massa aos meios de produção, particularmente a terra, e liberar a força de trabalho como uma mercadoria. Ainda segundo Harvey (2000):

Há duas amplas áreas de dificuldade num sistema econômico capitalista que tem de ser negociadas com sucesso para que esse sistema permaneça viável. A primeira advém das qualidades anárquicas dos mercados de fixação de preços, e a segunda deriva da necessidade de exercer suficiente controle sobre o emprego da força de trabalho para garantir a adição de valor na produção e,

portanto, lucros positivos para maior número possível de capitalistas. (HARVEY, 2000, p.117-118).

No contexto da organização do trabalho cabe apontar, a constatação de Harvey (2000):

O trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas. A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego “estrutural” [...] rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais [...] e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista. (HARVEY, 2000, p. 141).

O fordismo no século XX delineou o sistema produtivo, deu origem a uma nova divisão do trabalho, com as “[...] as inovações tecnológicas e organizacionais de Ford eram mera extensão de tendências bem-estabelecidas. [...] corporativista”. (Harvey, 2000, p.121).

Antunes (2015) ao analisar as transformações atuais que atingem o mundo do trabalho, iniciadas com a crise estrutural do capitalismo nos anos 1970 e que permearam os anos 1980, 1990 até os dias de hoje, enfatiza que novas formas de organização do trabalho deram-se por causa “das mudanças e transformações ocorridas nos anos 1980” no contexto do modo de produção em massa, fordismo. Para o autor, houve um grande salto tecnológico através da “automação, a robótica e a microeletrônica” que “invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital” (ANTUNES, 2015, p. 33). Conforme explana Antunes (2015):

A década de 1980 presenciou, nos países avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode afirmar que a *classe-que-vive-do-trabalho* sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua *materialidade*, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser. (ANTUNES, 2015, p. 33 grifos do autor).

O autor destaca que teve início com o fordismo as configurações contemporâneas “como a *dupla precarização estrutural do trabalho*” (ANTUNES, 2015, p. 16, grifo do autor). Essas configurações têm como base o processo de trabalho dado pelo modelo taylorismo-fordista e pelo processo fundado na flexibilização do modo de produção toyotista.

O trabalho no fordismo tinha por objetivo principal reduzir ao máximo os custos de produção, diminuir o valor do produto e vender para um maior número possível de consumidores, determinando que cada função na área de montagem industrial fosse exercida por um trabalhador que se especializava essencialmente em uma única etapa de produção. De acordo com Antunes (2015):

O fordismo *fundamentalmente* como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos

básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronometro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre *elaboração e execução* no processo de trabalho; pela existência de unidades fabril, entre outras dimensões. (ANTUNES, 2015, p. 35, grifo do autor).

O fordismo caracteriza-se como “um novo sistema de reprodução com técnicas avançadas da força de trabalho, baseado em princípios científicos da psicologia comportamental, para aumentar a produção como política de controle e gerência do trabalho” (HARVEY, 2000, p.121). A negociações trabalhistas a partir desse modo de produção somente ocorrem mediante representação sindical e de maneira coletiva, de modo a manter os trabalhadores sob controle dos interesses do capital, assim como manter atitudes de cooperação dos sindicatos em troca da manutenção da ordem no local de trabalho e de permanência de direitos trabalhistas, seguridade social e certas políticas sociais.

Estes princípios são dados pela teoria do taylorismo para aumentar a produtividade como modo igualmente admissível de horas trabalhadas, ou seja, controle das funções dos trabalhadores, por meio da divisão, fragmentação, mecanização de parte das atividades, e introdução de um sistema de recompensa e punições de acordo com o comportamento do proletariado fordista. Para o fordismo a diminuição do custo da produção, resultaria em maior competitividade de produtos e preços no mercado. A despeito disso, Harvey (2000) aponta que:

o fordismo se disseminou desigualmente, à medida que cada Estado procurava seu próprio modo de administração das relações de trabalho, da política monetária e fiscal, das estratégias de bem-estar e de investimento público, limitados internamente apenas pela situação das relações de classes e, externamente, somente pela sua posição hierárquica na economia mundial e pela taxa de câmbio fixada com base no dólar. Assim, a expansão internacional do fordismo ocorreu numa conjuntura particular de regulamentação político econômica mundial e uma configuração geopolítica em que os Estados Unidos dominavam por meio de um sistema distinto de alianças militares e relações de poder. (HARVEY, 2000, p. 132).

No contexto da transnacionalização do capital, surge no Japão, um novo modelo na organização do trabalho – o toyotismo, que tem como elemento principal a flexibilização da produção. Modelo que visava à produção necessária e redução dos estoques, o momento da demanda a qualidade do produto e também novas relações mais favoráveis que possibilitariam ao trabalhador qualificação, participação, multifuncionalidade e realização no ambiente de trabalho. Vantagens que conquistaram espaço no cenário mundial por utilizarem apenas um trabalhador para operar diversas máquinas, o que ampliaria a exploração do trabalho, intensificaria o capital, o ritmo de produção e o melhor controle sobre os operários.

Sobre esse novo modelo com traços contrários ao fordismo, Antunes (2015) expõe que:

Seus traços constitutivos básicos [...] ao contrário do fordismo a produção sob o

toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. [...] sustenta-se na existência do estoque mínimo. [...] num processo produtivo flexível [...] trabalhadores multifuncionais [...] o trabalho passa a ser realizado em equipe [...] reduzindo-se o âmbito de produção de montadora e estendendo-se às subcontratações, às terceiras. (ANTUNES, 2015, p. 45-46).

No âmbito do toyotismo pode-se visualizar a construção de novo tipo de sociedade com crescimento em massa de classes trabalhadoras mais fragmentadas e heterogêneas que passam a viver relações de trabalho precárias, sem acesso a direitos trabalhistas e vínculo empregatício, originando dessa forma flexibilização de contratos na jornada de trabalho e na remuneração do trabalhador no mundo do trabalho contemporâneo. Convém ilustrar, nas palavras de Antunes (2015), que:

Outro ponto essencial do toyotismo é que, para efetiva flexibilização do aparato produtivo, é também imprescindível a flexibilização dos trabalhadores. Direitos flexíveis, de modo a dispor desta força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor. O Toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições de mercado. (ANTUNES, 2015, p.47).

Com a profissão docente não ocorre de maneira diferenciada, pois as demandas no mundo do trabalho contemporâneo estabelecem uma nova dinâmica também no cotidiano das escolas, que traz para si características tanto do fordismo quanto do toyotismo. Características essas observadas na reestruturação constante das políticas públicas, nos programas do governo federal e nas normatizações de leis educacionais que fragmentam, regulamentam e formalizam o trabalho docente dentro de um planejamento alçado pelo desempenho flexível, pelo cumprimento de metas e resultados. A partir dessa nova dinâmica estabelecida, Harvey (2011) menciona que:

os capitalistas mobilizaram novas tecnologias e formas organizacionais como armas na luta de classe contra o trabalho (eventualmente usando a máquina para disciplinar o corpo no trabalho). [...] A educação pública tornou-se necessária na medida em que a flexibilidade e a adaptabilidade do trabalho para diferentes tarefas tornaram-se requisitos essenciais. (HARVEY, 2011, P.107).

Para Antunes (2015), a flexibilização ocasionou a intensificação do trabalho, direitos flexíveis, de modo a dispor da força de trabalho em função das necessidades geradas pelo mercado consumidor.

Assim como a reestruturação na área de produção, do trabalho, levando a quebra das leis, acarretando assim, maior redução das conquistas sociais e aumentando os trabalhos parciais, temporários, subcontratações, terceirizações que expressam a desregulamentação e precarização do trabalho.

Logo, a precarização é sinônimo de intensificação e, sentida pelo trabalhador docente no aumento do número de alunos por sala, na falta de estrutura para o seu desempenho profissional e conseqüentemente com a falta de tempo para estudo e planejamento das aulas, ocasionado pela remuneração inadequada, que os levam muitas vezes dobrar ou triplicar sua jornada de trabalho, ou seja, essas interferências

levam o trabalhador docente a adaptar-se a nova lógica do mercado.

Ainda, em se tratando da precarização da carreira docente, o lema atual é a requalificação para se “adaptar rapidamente, e a necessidade permanente de muitas “reciclagens” na vida do trabalhador” (HARVEY, 2011, p. 81), além de acompanhar as transformações recorrentes no âmbito do mundo contemporâneo do trabalho. Diante disso, o autor afirma que “a produção da precariedade crônica por meio desqualificação e requalificação é apoiada pelo desemprego tecnologicamente induzido [...]” (HARVEY, 2011, p. 81).

Baseado na persistência do capitalismo em se manter intacto, apesar das suas constantes crises, destacamos que o significado da palavra carreira se apresenta como substantivo feminino, podendo significar uma corrida rápida, um curso, andamento profissional ou desenvolvimento em uma profissão ou sistema de trabalho, como condição de sobrevivência do proletariado no mundo do trabalho. Ao analisar a constituição da carreira docente Gatti e Barreto (2009) destacam:

O estudo de diversas carreiras profissionais no âmbito das sociedades contemporâneas mostra características ligadas não só à especialização associada ao exercício do trabalho, como também ligadas ao valor simbólico, social, a elas atribuído, o que varia no tempo e nos espaços, em função de aspectos da cultura, da educação e de formas políticas de regiões onde uma determinada profissão é exercida. O que se constata por estudos na área de sociologia do trabalho é que a valorização social real de uma área profissional traz reflexos nas estruturas de carreira e nos salários, e/ou condições de trabalho, a ela relativos. (GATTI; BARRETO, 2009, p 232).

No contexto da globalização dos mercados e das transformações do mundo do trabalho contemporâneo, em que as “divisas e as fronteiras mudam de significado, deslocam-se ou apagam-se” (IANNI, 1997, p.56), o conceito de carreira docente e de tantas outras carreiras estão atrelados ao caminho traçado no decorrer do tempo de serviço, enquanto futuro profissional, pelos conhecimentos específicos forjados no âmbito da formação acadêmica, das pós-graduações e nas formações permanentes. Além disso, a constituição da carreira docente tem como objetivo conquistar crescimento, valorização e reconhecimento profissional.

Nesse sentido, é necessário destacar que o conceito de carreira está relacionado ao modo de disposição dos cargos da mesma natureza e com as mesmas atribuições. Em outras palavras o conceito de carreira, nas sociedades capitalistas, está ligado à ideia de uma vida funcional planejada, estruturada e organizada no tempo e lugar para ser seguida e efetivada ao longo de toda vida profissional. Sobre isso, Harvey (2011) alerta que:

A implicação, porém, é que qualquer enfraquecimento nas leis coercitivas da competição, por meio, por exemplo, das leis de patentes e monopolização, da centralização crescente do capital ou da intervenção forte demais da burocracia do Estado, terá um impacto sobre o ritmo e a forma das revoluções tecnológicas. [...] Por isso, há frequentemente forte oposição dos trabalhadores à introdução de novas tecnologias. O compromisso é claro, tem sido acordos de produtividade entre os sindicatos e o capital, em que ambos os lados partilham alguns benefícios

que decorrem do aumento de produtividade. (HARVEY, 2011, p. 84).

Em relação à carreira docente, cabe ressaltar que:

A situação é bastante heterogênea e complexa nos aspectos referentes à carreira e salário de professores, entre estados e entre municípios (conforme região, características da população, sistema produtivo regional e local, capacidade financeira própria, repasses federais ou estaduais, tradições políticas e culturais etc.). Na estrutura de carreira no setor público há diferenciação entre cargos e funções, com implicações quanto às formas de preenchimento de vagas e salários, o que se reflete em opções diversificadas em cada instância governamental no que se refere à incorporação de professores ao sistema e na progressão funcional. (GATTI; BARRETO, 2009, p. 238-239).

No setor público, o compromisso se instala nos cargos com investiduras em carreira. Trata-se da incorporação de benefícios no intuito de melhorar os vencimentos, por meio do sistema de progressão vertical para fins hierarquização de níveis de formação e progressão horizontal por tempo de serviço, pois não existe avanço de cargos. Isso é proposto conforme explicitado na Constituição Federal de 1988, Seção II, ao tratar dos Servidores Públicos (EC nº 18/98), no Art. 39. Parágrafo:

1º a fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II – os requisitos para investidura;

III – as peculiaridades dos cargos. (CF 1988, 2006, p. 45).

Dessa forma, entendemos que o conceito de carreira está relacionado à importância das habilitações profissionais para estruturação e profissionalização do trabalhador no setor público, sendo ele docente ou não, pois, é indissociável a hierarquização própria das configurações das carreiras, constituídas no âmbito da organização funcional do mercado de trabalho, nas configurações de remuneração pública. À propósito das carreiras, em concordância com Gonçalves (2009):

A carreira docente configurase como um processo de formação permanente e de desenvolvimento pessoal e profissional do adulto professor, que compreende não apenas os conhecimentos e competências que o mesmo constrói na formação, mas também a pessoa que ele é, com todas as suas crenças, idiosincrasias e história de vida, e o contexto em que exerce a actividade docente. (GONÇALVES, 2009, p. 24).

Entretanto, esse conceito é direcionado para organização que diz respeito ao trabalho realizado na sala de aula, ou seja, desenvolvimento profissional por competência na função exercida. Não se trata, contudo, da valorização da carreira do profissional docente. A valorização, no âmbito atual do mundo do trabalho contemporâneo, é condicionada e determinada pela conjuntura decorrente do sistema econômico globalizado, isso porque:

A globalização é, pois, fundamentalmente uma estratégia de recuperar as taxas de lucro neutralizando os controles nacionais e, ao mesmo tempo, drenando a maior parte do fundo público nesta recomposição. Fundamentalmente, trata-se de uma estratégia contra os ganhos da classe trabalhadora. (SILVA; GENTILI, et al, 1996, p.84).

O processo de globalização e as políticas de cunho neoliberal tiveram efeitos danosos para a classe de profissionais da educação, como proletarização e precarização do trabalho docente. Além disso, transformou os sindicatos resistentes e fortes dessa classe, em sindicatos corporativos e institucionalizados que se baseiam em resultados, pois na perspectiva neoliberal:

A existência de fortes sindicatos nacionais e organizados em função de grandes setores de atividade, os quais proclamam a defesa de um interesse geral baseado na necessidade de construir e expandir a esfera dos direitos sociais, constitui, na perspectiva neoliberal, uma barreira intransponível para a possibilidade de desenvolver [...] os mecanismos de competição individual que garantem o progresso social. Nesse sentido, entre os principais responsáveis pela crise educacional se encontram os próprios sindicatos de professores e todas aquelas organizações que defendem o direito igualitário a uma escola de qualidade. (SILVA; GENTILI, et al 1996, p. 93).

A carreira do profissional da educação/docente, nesse contexto, é tratada e negociada entre entidades sindicais e gestores públicos e vinculadas aos Planos de Carreiras para efeito de profissionalização.

Portanto, o individualismo e a privatização no setor público são efeitos das estratégias de regulação do mercado na perspectiva neoliberal que precariza as condições de trabalho, coibi ações coletivas dos profissionais da educação/docentes e sindicais, favorecendo as ações de cooperação e corporativismo para com o Estado, em que “[...] o governo não deve nada a quem não o serve. O pobre não tem direito senão à comiserção geral. A área em que [...] O direito é a garantia das relações de reciprocidade entre indivíduos e iguais na troca que o contrato sanciona” (CASTEL, 1999, p. 302-304).

Na contracorrente dessas políticas – globalização e neoliberalismo – está a tarefa de afirmar os valores de igualdade, solidariedade, ampliação da esfera pública democrática, os direitos sociais e a qualidade de vida para todos.

2 | A GLOBALIZAÇÃO E O NEOLIBERALISMO: IMPLICAÇÕES PARA PROFISSIONALIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

O Neoliberalismo tem suas origens nos anos de 1940, logo após a Segunda Guerra Mundial com a finalidade política de intervenção contra o Estado de bem-estar social vigente ocasionado pelos modelos de organização industrial fordista e pelo modelo político econômico keynesiano. Trata-se de “um totalitarismo, já que pretende impor um modelo único, mas é também um dogmatismo, pois seus princípios obscuros e contraditórios apresentam-se como verdades inquestionáveis”

(CHOMSKY; DIETERICH, 1999, p.12). Como também é “[...] um movimento político econômico heterogêneo consolidado nos países desenvolvidos, em meados dos anos 1970” (BIANCHETTI, 2005, p. 21).

Sendo assim, o entendemos também como uma manifestação contemporânea, uma etapa da hegemonia que valoriza o *status quo* capitalista da elite empresarial dos países desenvolvidos, empresas multinacionais, com ênfase na transnacionalização do capital e “a etapa da hegemonia neoliberal que representa um novo modelo de sociedade” (BIANCHETTI, 2005, p.19).

Diante dessa premissa, é importante enfatizar que os complicadores ocasionados pela hegemonia neoliberal como o desemprego, baixos salários, aumento das diferenças culturais e sociais e dependência do capital internacional para os países subdesenvolvidos e pobres, advém das políticas neoliberais. Assim, Bianchetti (2005) destaca que:

o desaparecimento de um poder centralizador permitiria que a maioria das atividades de serviço do governo poderia ser delegada vantajosamente a autoridades regionais ou locais, totalmente limitadas em seus poderes coercitivos pelas regras ditadas por uma autoridade legislativa superior. (BIANCHETTI, 2005, p. 101).

A política educacional neoliberal inibe o trabalho enquanto princípio educativo e defende um conjunto de ideias políticas econômicas capitalistas sem a participação do Estado, uma economia mais competitiva, desenvolvimento tecnológico, queda de preços e inflação, desregulamentação, flexibilização, ajuste fiscal dentre como pontos considerados positivos pelo neoliberalismo. Como afirma Chomsky e Dieterich (1999):

As políticas neoliberais, decididas e impostas pelos centros do poder financeiro transnacional e que foram batizadas como “globalização”, têm característica fundamental: não tornam explícitos seus objetivos. O neoliberalismo é uma doutrina que, em nome do capitalismo do século XXI, pretende reordenar a economia mundial, mas que de fato está sustentando uma verdadeira guerra econômica das grandes empresas transnacionais contra a população, que são os assalariados. (CHOMSKY; DIETERICH, 1999, p.10).

Segundo Chomsky e Dieterich (1999) a conceituação e objetivos da globalização e neoliberalismo estão presentes nas relações entre a produção e a negociação de mercadorias e as influências dessas relações no sistema educativo. As perspectivas dessas relações e objetivos possuem caráter ideológico de dominação política e exploração da economia mundial, por meio das empresas transnacionais e tecnologias. Logo, de acordo com Chomsky e Dieterich (1999):

Deduzimos a essência do projeto educativo da sociedade global a partir de três variáveis estratégicas do processo: a) as empresas transnacionais e a lógica sistêmica que representam; b) os e Estados nacionais dominantes, e c) o proto-Estado mundial capitalista. (CHOMSKY; DIETERICH, 1999, p. 221).

Para Chomsky e Dieterich (1999) a expansão mundial do capitalismo parte do pressuposto que o Estado tem o papel de agente civilizador e conscientizador

das populações locais, para inserção das políticas neoliberais, em que o papel da educação ser o veículo para mobilidade social individual e grupal - “criar o trabalhador adaptável” – com a finalidade de garantir a força de trabalho barata para as empresas transnacionais. Para Frigotto (2000), as políticas neoliberais:

No seu âmbito mais amplo, são questões que buscam apreender a função social dos diversos processos educativos na produção e reprodução das relações sociais. No plano mais específico, tratam das relações entre a estrutura econômico-social, o processo de produção, as mudanças tecnológicas, o processo e divisão de trabalho, a produção e reprodução da força de trabalho e os processos educativos ou de formação humana. [...] a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital. (FRIGOTTO, 2000, p. 26).

A concentração, a acumulação e a centralização do capital e, conseqüentemente, as políticas de reprodução geraram diversas crises cíclicas – anos 1970, 1980, 1990, 2007 – cada vez mais fortes. “Crises de desproporcionalidade em espiral também podem surgir fora do desenvolvimento desigual das capacidades tecnológicas nos diferentes setores, produzindo, por exemplo, desequilíbrios na produção de bens de sobrevivência versus meios de produção” (HARVEY, 2011, p.81-82).

Estas crises causaram a desvalorização do trabalho, o desprestígio de profissionais menos habilitados, passando a exigir maior qualificação e requalificação dos profissionais para atender novas formas de sociabilidade do capital. A esse respeito, Frigotto (2000), ressalta:

o mercado como regulador do conjunto das relações sociais. [...] a visões neo-racionalistas ou irracionalistas, [...] suprimem os sujeitos sociais em luta hegemônica e apontam a *travessia* mediante soluções de natureza meramente institucional ou alternativas idealistas ou “escatológicas”. (FRIGOTTO, 2000, grifos do autor, p. 58).

A partir do excerto acima, podemos observar de maneira explícita que a educação e a crise do capitalismo mostram como o sistema educacional dos tempos modernos e contemporâneos são adaptados de maneira a eternizarem o *status quo*, a hegemonia do sistema capitalista, tendo escolas e docentes como agentes da eternização do modo de produção capitalista. Nesse contexto, Frigotto (2000), ainda complementa que:

qualificar a base histórico-social das quais emergem essas novas formas educativas e de formação humana – *rejuvenescimento da teoria do capital humano* – e de decifrar por que as teses de uma formação geral e abstrata, que prepara sujeitos polivalentes, flexíveis e participativos aparecem ao mesmo tempo com as perspectivas neoconservadoras de ajuste no campo econômico-social e no campo educacional mediante as leis de mercado. (FRIGOTTO, grifo do autor, 2000. P. 56).

Corrêa (2000) apresenta a definição do neoliberalismo: no nível econômico-social, no nível cultural e ético político e no nível educacional. No nível econômico-social apresenta-se rígido no controle da produção e circulações comerciais,

envolvendo mercadorias e capitais, de modo a garantir a concentração de riquezas dos países desenvolvidos e acentuar com bastante clareza as desigualdades sociais. Assim como causa a “desmobilização das militâncias partidárias” em que é substituída pela mediatização, o “enfraquecimento do Estado-Nação”, com a partir do aprofundamento da desregulamentação das políticas públicas, das leis e abertura econômica em larga escala.

Para a fixação do neoliberalismo no plano econômico é necessário o uso de fundos públicos. Nessa direção, “o Estado é estruturado como uma espécie de deus *Janus* que tem dupla face: uma privada e outra pública, que atua em função desta” (Frigotto, 2000, grifo do autor, p. 37), e no plano educacional funciona na “reprodução dos mecanismos de privilégios”. Do ponto de vista político ideológico, funciona como uma superestrutura que acompanha a transformação histórica do capitalismo moderno. Diante disso, Corrêa (2003) corrobora:

O neoliberalismo é [...] um programa de reformas e ajustes estruturais de efeito ampliado pelo monopólio da ciência e das novas tecnologias, o que possibilitou uma expansão do capital até atingir a etapa da globalização. [...] na sua forma doutrinária está em declínio como projeto ideológico e político está em declínio, mesmo que ainda seja a doutrina econômica predominante. [...] um conjunto de ideias que fixam parâmetros de toda política econômica. [...] já começa a enfrentar sérios obstáculos para administrar os seus fracassos especialmente na área social, [...] que produz numa escala massiva, do desemprego estrutural, da polarização social. (CORRÊA, 2003, P. 37).

Para a autora, a desregulamentação consiste na ação ou resultado de não manter algo ajustado, regulado, ao rompimento ou flexibilização de diversas leis trabalhistas, a remoção e simplificação de limitações que intervêm nas relações de direitos entre empregados, empregadores, Estados e cidadãos, que restringem as intervenções de forças de mercado, ou seja, conjunturas socioeconômicas, trabalhistas e políticas.

No que se refere ao nível cultural e ético político o neoliberalismo se define como modelo ideal das consciências das pessoas em que apontam o sistema capitalista como o único viável para sua realidade de organização social, política e econômica. E no nível educacional o neoliberalismo trata a educação, a cultura e a política com a mesma teoria da economia de mercado que está sob regime de acumulação que desestabiliza as condições de reprodução da força de trabalho.

Harvey (2000) esclarece que as condições necessárias para o neoliberalismo se propagar internacionalmente e a acumulação do capital permanecer, se dá, por meio de um projeto educacional adequado para formação da força de trabalho. Sobre as condições necessárias, enfatiza que:

Um regime de acumulação “descreve a estabilização, por um longo período, da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação; ele implica alguma correspondência entre transformação tanto das condições de produção como das condições de reprodução dos assalariados”. [...] O problema, no entanto, é fazer os comportamentos de todo tipo de indivíduos. [...] assumirem alguma modalidade de configuração que mantenha o regime funcionando. Tem de haver,

portanto, “uma materialização do regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação etc. que garantam a unidade do processo, isto é, a consistência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução. Esse corpo de regras e processos sociais interiorizados tem o nome de *modo de regulamentação*” (Lipietz, 1986). (HARVEY, 2000, p. 117, grifo do autor).

Logo, influências negativas para a educação são sentidas na falta de recursos, na formação cada vez mais profissionalizante e menos abrangente, privatização do ensino, aprovação em massa para aumentar números de vagas nas escolas privadas, aumento da mão de obra mal remunerada e conseqüentemente menos consciência crítica. E acima de tudo muda a natureza social e as funções do trabalho educativo. Isso porque, em conformidade com Marques (1997):

a rapidez das transformações tecnológicas e organizacionais encerra, também, o caráter provisório de muitas ocupações e das posições sociais delas decorrentes e, raramente, conferem ao indivíduo o sentimento de pertencer a um grupo definido ou de ter um lugar seguro na sociedade. [...] o termo *especialização funcional* muda também de sentido, pois não mais representa uma particular especialidade do trabalhador que pode ser aperfeiçoada pela aplicação e treinamentos contínuos, mas, sim, pela capacidade adaptativa e de re-treinamento, para atender às modificações que surgem no interior de um sistema de produção. (MARQUES, 1997, p. 57, grifo do autor).

Um primeiro fator complicador nas relações no mundo do trabalho contemporâneo, são as características do trabalho docente e sua profissionalização ficarem sujeitas às políticas públicas e reformas educacionais, que implicaram muitas alterações e reestruturação para adequar-se às exigências dos novos paradigmas como acumulação fordista/taylorismo, toyotismo, neoliberalismo, globalização e pelo gerencialismo performativo – uma nova forma de gestão. Como observam Chomsky e Dieterich (1999):

Na sociedade global, é essa a grande tarefa dos reformadores educativos: criar o trabalhador adaptável que igual ao adaptador elétrico universal – se encaixe em qualquer “tomada” empresarial regional, sem causar problemas na geração de lucros. [...] deste modo, a utopia reacionária do Capital aproxima-se de seu objetivo totalitário de converter o *homo sapiens* em “capital humano”. (CHOMSKY; DIETERICH, 1999p.192, grifo dos autores).

Um segundo fator, “aquilo que chamamos “globalização”, esteve na mira da classe capitalista”, pois trata-se de uma nova forma de organização complexa para funcionamento da sociedade mundial conduzida pelos países centrais e dominantes. Considerada pelos capitalistas “uma conquista do espaço e do tempo, assim como busca incessante para dominar a natureza, há muito tempo tem um papel central na psique coletiva das sociedades capitalistas” (HARVEY, 2011, p.130).

Em outras palavras, uma organização gerada pela necessidade do capitalismo de se formar em cadeia global, permitindo, assim o livre mercado, principalmente no que se refere à produção de mercadorias entre os países, visando à integração econômica, social, cultural e política.

No dicionário Aurélio, a definição de globalização está relacionada aos termos

processo, integração, produção, mercadorias, informações e ao ato ou efeito de globalizar que direcionam para reflexões acerca da complexidade do termo, pois este situa-se como um processo de ligação entre as economias dos diversos países com intuito de uni-los em prol do livre comércio, produção de mercadorias e capitais.

Para Corrêa (2003, p. 30 – 36), a globalização é uma tendência do capitalismo mundial de caráter excludente porque reconfigura as conjunturas locais através de novas formas de identidades culturais, intensificando as desigualdades sociais, econômicas, e culturais dos Estados-nações envolvidos:

Em primeiro lugar a globalização não é apenas mais um dos fenômenos “lá de fora”, porque invade os contextos locais reconfigurando-os através de novas formas de identidades culturais. A influência dessa reestruturação pode ser reconhecida na reconfiguração e/ou intensificação das desigualdades sociais, econômicas e culturais dos Estados-Nações. (CORRÊA, 2003, p. 30).

Conforme explica Corrêa (2003), os efeitos da globalização na educação, provêm de relações tensas e complexas por ser uma nova organização que visa somente à mão de obra barata e mercado e, por não serem as mesmas para todos os países. Por isso, torna-se incorreto pensar que eliminaria as diferenças culturais, sociais, políticas e econômica, nesse sentido, os efeitos benéficos se restringem aos países centrais e os negativos aos países periféricos, devido às transformações ocorridas no mercado de trabalho e pelas condições de vida da maioria da população. Ainda de acordo com Corrêa (2003):

As influências complexas e contraditórias da globalização não são as mesmas para todos os países, sendo que seus efeitos benéficos se concentram [...] na Tríade – Estados Unidos Japão e Alemanha- [...] os países ditos periféricos foram mais duramente atingidos pelas acentuadas mudanças no mercado de trabalho e, [...] nas condições de vida da maioria da população. (CORRÊA, 2003, p. 31).

Ianni (1997, p. 10), em a *Era do Globalismo*, afirma ser a globalização “novo surto de universalização do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório”, que traz sérias complicações para as condições de vida do trabalho, pois provoca uma nova divisão do trabalho transnacionalmente. Para esse autor:

A redistribuição das empresas, corporações e conglomerados por todo o mundo. [...] implica outras e novas formas de organização social e técnica do trabalho, de mobilização da força de trabalho, quando se combinam trabalhadores de distintas categorias e especialidades, de modo a formar-se o trabalhador coletivo desterritorializado. [...] A partir da eletrônica, compreendendo a telecomunicação, computador, o fax e outros meios, o mundo dos negócios agilizou-se em uma escala desconhecida anteriormente, desterritorializando coisas e ideias. (IANNI, 1997, p. 10-11).

Os teóricos, Libâneo, Oliveira e Toschi (2011), partem do pressuposto que globalização é uma palavra de difícil conceituação por ser racionalmente complexa e ampla, está na moda, porém, percebe-se que não é passageira é usada para expressar fatores de ordem econômica, social, político e cultural para fins de desenvolvimento do capitalismo no mundo atual. Pressupõe “uma submissão econômica baseada no mercado global competitivo e auto-regulável”. Para eles:

A palavra globalização está na moda. [...] parece ter vindo para ficar. [...] tem sido usada para expressar uma gama de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que expressa o espírito e a etapa de desenvolvimento do capitalismo em que o mundo se encontra atualmente. (LIBÂNEO, OLIVEIRA; TOSCHI 2011, p. 70).

Esses autores partem da perspectiva de que globalização é a aceleração, integração, reestruturação e mundialização do capitalismo, que compreende o progresso da economia, da política, da cultura, da ciência que acabam por propiciar profundas mudanças nos processos de produção e transformações nas condições de vida e trabalho em todos os seguimentos que exige atividade humana, em que o trabalhador com mais conhecimento, melhor preparo técnico, mais cultura, mais polivalência e flexibilidade, possui características compatíveis com os interesses exigidos pelo mercado atual. Para esses teóricos:

Esse processo de aceleração, integração, e reestruturação capitalista vem sendo chamado de globalização, ou melhor, de mundialização. [...] entendida como uma estratégia de enfrentamento da crise do capitalismo e de constituição de uma nova ordem econômica mundial. (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2011, p. 74).

Ainda segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2011), foi a partir de 1980 com o capitalismo concorrencial global que os traços, aspectos do capitalismo tornaram-se visíveis e sob o discurso e projeto neoliberal deu impulso e efetivou-se a globalização.

Os primeiros impulsos da reestruturação produtiva e as novas configurações do mundo do trabalho no contexto histórico brasileiro, se deram tardiamente. Sobre esse assunto, Antunes (2004) traz que:

O Brasil, sob o fim da ditadura militar e no período Sarney, nos anos de 1980, ainda se encontrava relativamente distante do processo de reestruturação produtiva do capital e do projeto neoliberal, já em curso acentuado nos países capitalistas centrais. Mais também já sofria os primeiros influxos da nova divisão internacional do trabalho, em mutação significativa. Sua singularidade, dada por um país de capitalismo hipertardio, passava, então, a ser afetada pelos novos traços universais do sistema global do capital, [...]. (ANTUNES, 2004 p. 16).

A transnacionalização do capital e a nova divisão internacional do trabalho de ótica economicista mercadológica, tem impactado desde a década de 1980, de maneira crítica os serviços sociais em países da semiperiferia e periferia do sistema mundial, entre eles, a educação, direito social fundamental, subordinando-a ao novo paradigma de produção e desenvolvimento, de novas tecnologias exige que elevada qualificação e requalificação dos trabalhadores docentes.

Essas qualificações e requalificações de profissionalização técnica da classe trabalhadora tem a finalidade de atender o imediatismo dados pelas formas flexíveis de acumulação e pela “necessidade das empresas brasileiras buscarem sua inserção na competitividade internacional” (ANTUNES, 2004, p. 17). Nas palavras de Frigotto (2000), possuem:

O caráter subordinado das práticas educativas aos interesses do capital historicamente toma formas e conteúdos diversos no capitalismo monopolista e no

capitalismo transnacional ou na economia globalizada. [...] caráter explícito desta subordinação, de uma clara diferenciação da educação ou formação humana às classes dirigentes e à classe trabalhadora. [...] caráter contraditório das relações sociais capitalistas pode ser explicitado no âmbito das relações entre a sociedade e os processos educativos, ou destes com o processo produtivo” (FRIGOTTO, 2000, p. 32 - 33).

No Brasil o impacto do neoliberalismo e globalização sobre a educação consiste na subordinação do trabalho docente, por meio das suas práticas educativas, cuja finalidade é capacitar pessoas mais intelectualizadas para o mercado de trabalho, bem como requalifica-las para atender as exigências do preceito produtivo e formar o consumidor exigente e aprimorado para um mercado diversificado e competitivo.

Esse novo paradigma descarta a mobilidade social, a igualdade, as perspectivas de construção de uma educação democrática, equalizadora, formadora e distribuidora de cidadania. Ademais “o trabalho” como “princípio educativo” e “criador da realidade humana”. (FRIGOTTO, 2000, p. 32, grifo nosso), pois implica a desterritorialização das coisas e ideias sob uma nova ótica de gestão capitalista, fundada na acumulação flexível, característica do Toyotismo, para regulação do Estado e da educação.

Trata-se de uma nova gestão baseada na organização da horizontalidade (rodízio – de professor para coordenador, diretor e retorno para cargo de professor), ou seja, na ampliação de diferentes funções em um único trabalhador, no mesmo tempo e espaço de trabalho, o que exige do trabalhador aquisição constante de novas habilidades/requalificações para atualização, principalmente referente às novas tecnologias de produção. Sob essa lógica, Clarke, Cocharne e Mclaughin (1994), asseguram que:

o gerencialismo tem sido o mecanismo central da reforma política e de reengenharia cultural do setor público [...] nos últimos 20 anos. [...] tem sido o principal meio “pelo qual a estrutura e a cultura dos serviços públicos são reformadas ... [e] ... Ao fazer isso, busca introduzir novas orientações, remodela as relações de poder e afeta como e onde são feitas as opções de políticas sociais” (BALL, 2005, p. 544, grifos do autor, apud CLARKE, COCHARNE, MCLAUGHIN, 1994, p.4).

Da mesma forma, baseia-se também na verticalidade, pois quando o trabalhador busca novas requalificações, aumentam suas responsabilidades no controle, execução e autonomia no cargo de atuação e participação em outros da mesma natureza. Nesse sentido, procura-se aperfeiçoamento como possibilidade de profissionalização e a fim de melhorar a qualidade no desenvolvimento das suas atividades. A ótica de encantamento dada pelo gerencialismo, conforme preconiza Ball (2005), tem a função de:

incutir uma atitude e uma cultura nas quais os trabalhadores se sentem responsáveis e, [...] investidos da responsabilidade pelo bem-estar da organização. [...] “ampliam” o que pode ser controlado na esfera administrativa. [...] permitem que um leque maior do comportamento e da vida emocional dos trabalhadores se torne público [...]. O local de trabalho é “reencantado”, usando emocionalismo instrumental e o ressurgimento da liderança “carismática” pré-moderna [...] incutir performatividade na alma do trabalhador. (BALL, 2005, p. 545).

Ao mesmo tempo, na organização gerencialista da sociedade global surge “[...] Novos papéis e subjetividades são produzidos à medida que os professores são transformados produtores/fornecedores, empresários da educação e administradores, [...]” (BALL, 2005, p. 546). Ou seja, os professores tornam – se empreendedores e donos da sua profissionalização, recorrendo às especializações, aos mestrados e doutorados como forma de crescimento na carreira docente, bem como para horizontalmente elevar nível de formação nos planos de carreira e aumentar em percentuais mínimos seus ganhos remuneratórios.

O processo de profissionalização do docente faz parte das “metamorfoses do mundo do trabalho”, perpassando as contradições da mundialização do capital trabalho, das políticas econômicas do neoliberalismo, dos processos de integração econômica, social, cultural e político da globalização nas suas várias facetas de exploração da força de trabalho global, que transforma a força de trabalho autônoma em mercadoria negociável e, ainda submetida ao controle de regulação para que o capitalismo sobreviva nas suas constantes crises.

Aglobalização e neoliberalismo possuem semelhanças funcionais num processo adiantado de comunicação. Ou seja:

A retórica do neoliberalismo não somente admite que a escola pública é capitalista mas que ela *deve ser capitalista*. Isso significa que a escola pública deve atender os interesses e as necessidades do capital. Significa também, que deve funcionar como uma empresa capitalista. Através de um “pacote” de medidas o MEC e alguns governos estaduais e municipais procuram implantar e justificar essa ideologia neoconservadora e neoliberal, uma solução com viés economicista porque trata a educação, a cultura e a política com a mesma teoria e metodologia de uma economia de mercado. (CORRÊA, 2003, p. 148, grifo da autora).

Por conseguinte, a profissionalização torna-se o meio de controle da classe dos proletários, conseqüentemente da categoria docente, que se dá por meio das políticas públicas de cunho neoliberal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de profissionalização docente requer a melhoria das condições de trabalho e valorização deste profissional nos planos de carreira, e pressupõe a ruptura com a lógica neoliberal, que a transforma em uma profissão meramente técnica, regida pelo gerencialismo performativo baseada na racionalidade técnica, que tem intensificado a precarização e proletarização do trabalho docente, subordinando-o aos interesses do mercado.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

- ANTUNES, Ricardo; Jair Batista da. **Trabalhadores e sindicalismo no Brasil**: para onde foram os sindicatos? 2015.
- ANTUNES, Ricardo; Silva, Maria Aparecida Moraes (Orgs.) **O Averso do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- BALL, Stephen J. **Profissionalismo, gerencialismo e performatividade**. Cadernos de Pesquisa, v. 35, nº 126, P 539-564, set/dez. 2005. Banco Mundial. São Paulo, Fapesp, 2005.
- BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo Neoliberal e políticas educacionais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- BODART, Cristiano; SILVA, Roniel Sampaio. **Blog Café Com Sociologia.com**. Jun/ 2010. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/origem-da-palavra-trabalho/>. Acesso em: 23/06/2018.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto Promulgado em 05 de outubro de 1988, Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CHOMSKY, Noam; DIETEICH, Heinz. Globalização, Educação e democracia na América Latina. In: _____. **A Sociedade Global: educação, mercado e democracia**. Blumenau, SC: Ed. Da FURB, 1999.
- DINIZ, M. **Os donos do saber: profissões e monopólios profissionais**. Rio de Janeiro: Revan, 2001. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/oit/>. Acesso em: 05/11/2018.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. Ed. 4. São Paulo: Cortez, 2000.
- GONÇALVES, José Alberto. **Desenvolvimento Profissional e Carreira Docente**: fases da carreira, currículo e supervisão. 2009.
- HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. In _____. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 9ª ed. São Paulo-SP: Edições Loyola, 2000.
- HARVEY, DAVID. O capital vai ao trabalho. In: _____. **O Enigma do Capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo,- SP, 2011.
- IANNI, Octávio. **A Sociedade Global**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- IANNI, Otávio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1995.
- KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 12ª ed. São Paulo – SP, 1985.
- LANTHEAUME, Françoise. **Professores e dificuldades do ofício**: preservação e reconstrução da dignidade profissional. Cadernos de Pesquisa. V.42 n. 146, p. 368-387, maio/ag., 2012.
- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; Toschi, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estruturas e organizações**. Ed.10. São Paulo: Cortez, 2011.
- MARQUES, Rosa Maria (org.). **Mercado do trabalho e estabilização**. São Paulo: EDUC, 1997.
- MARX. Karl. **O Capital**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. L. I, I e II.

REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 3, n. 1, jul/dez. 2010.
ANGELIN, Paulo Eduardo. **Profissionalismo e Profissão**: teorias sociológicas e o processo de profissionalização no Brasil. 2010.

SCOTTINI, Alfredo. **Dicionário de língua portuguesa**. Blumenau, SC: Todolivre, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo (Org.). Escola S&A. Brasília: CNTE, 1999.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 40

Análise 127, 139, 148, 201

Aprendizagem 61, 128, 133, 138, 139, 240, 243, 244, 255, 277

C

Carreira 88, 113

Cultura 26, 159, 203, 214, 254, 279, 280, 288

D

Desafios 201, 235

Diversidade 150, 158, 277

Docência 201

E

EAD 220, 221, 222, 225

Educação 1, 2, 3, 4, 8, 9, 10, 11, 12, 16, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 34, 35, 36, 39, 40, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 61, 63, 66, 70, 74, 75, 76, 86, 113, 116, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 139, 140, 141, 144, 146, 148, 149, 153, 155, 158, 159, 161, 171, 172, 176, 185, 186, 187, 189, 192, 194, 199, 201, 202, 203, 210, 213, 215, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 225, 226, 229, 237, 238, 239, 244, 245, 246, 247, 254, 255, 257, 258, 266, 270, 273, 275, 277, 278, 279, 280, 287, 288, 289

Educação Sexual 289

Ensino 2, 12, 31, 35, 36, 37, 45, 62, 63, 65, 66, 68, 70, 73, 74, 116, 119, 122, 123, 127, 128, 129, 134, 138, 150, 167, 169, 175, 176, 178, 216, 227, 228, 229, 237, 238, 239, 240, 241, 243, 244, 249, 278, 284, 286

Escola 4, 10, 12, 18, 50, 51, 52, 55, 56, 59, 61, 62, 63, 70, 114, 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 185, 198, 235, 249, 251, 254, 280, 284, 286

Estética 2, 5

Ética 2, 281

Experiência 133, 138, 264

F

Formação 2, 28, 31, 32, 39, 115, 127, 139, 141, 147, 148, 149, 158, 175, 178, 179, 183, 185, 186, 187, 189, 194, 201, 203, 215, 216, 219, 226, 229, 230, 237, 246, 266, 288, 289

G

Gênero 150, 151, 154, 158, 203, 213

Gestão 203

I

Inclusão 49, 150, 158, 277, 278

Indivíduos 166

Informação 28, 29, 32, 129, 139, 188, 219

Intuir 50

L

Ler 58, 65, 273

M

Magistério 39, 119, 141, 148

P

Pedagogia 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 201, 215, 237, 256, 257, 269, 287, 289

Perspectivas 139, 171, 201, 213

Pesquisa 1, 4, 7, 9, 11, 12, 113, 115, 116, 118, 122, 123, 126, 139, 148, 149, 172, 201, 203, 213, 246, 264, 277, 279, 284, 285, 286

Políticas 1, 148, 149, 172

Práticas 12, 75, 122, 148, 246, 257

Processo 50, 51, 85

Profissionais 219

Q

Qualidade 173, 217, 218, 269

R

Relações 11, 203

Respeito 150, 284

S

Saberes 10, 149, 186, 201, 227, 230, 238

Sexualidade 289

Subjetividade 279

T

Tecnologias 28, 29, 31, 32, 35, 117, 129, 138, 175, 178, 179, 183, 194, 219, 226, 243, 244, 289

TIC 30, 31, 35, 179, 187, 188, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 219, 222

Trabalho 8, 87, 112, 113, 150, 151, 155

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-569-3

